

IYA DUDU

MÃE NEGRA

Roseli Gimenes

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Jorgina Santos

(Faculdade de Tecnologia de São Paulo)

RESUMO	ABSTRACT
A maternidade de mulheres negras no Brasil apresenta especificidades que se manifestam em diversas dimensões da vida social, cultural e econômica. Essas especificidades são moldadas por uma combinação de fatores históricos, sociais e culturais que afetam de maneira singular as experiências dessas mulheres. Nesse sentido, são pontos-chave a herança histórica e cultural do legado da escravidão. Os objetivos deste artigo consistem em explorar em algumas obras literárias brasileiras contemporâneas os desafios para a maternidade de mães negras por formas de resistência e resiliência. Para o tratamento metodológico desta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa de revisão de literatura e a análise do discurso para compreender como as obras de Almeida, hooks e Ribeiro, em destaque, possibilitam a reflexão sistêmica e social da resistência e resiliência de mães negras em relação à maternidade nas obras literárias contemporâneas como <i>Um defeito de cor</i>, <i>Marrom e amarelo</i>, <i>Quando me descobri negra</i>, <i>Salvar o fogo</i>, entre outras. A pergunta que se levantou foi: será que nessas obras contemporâneas da literatura houve um resultado de conquistas da maternidade de mães negras em função da resistência, da resiliência, das lutas que engendraram séculos anteriores nessas mulheres em oposição ao estrutural da escravidão? As obras dos autores apontados na metodologia assim como a literatura contemporânea contribuem para compreender a luta dessas mulheres negras para que possam vencer o preconceito, o racismo estrutural e o conceito de maternidade que foi anteriormente considerado como concepção de objetos: filhos por objetos – mães escravizadas.	Motherhood for black women in Brazil presents specificities that manifest themselves in different dimensions of social, cultural and economic life. These specificities are shaped by a combination of historical, social and cultural factors that uniquely affect these women's experiences. In this sense, the historical and cultural heritage of the legacy of slavery are key points. The objectives of this article are to explore, in some contemporary Brazilian literary works, the challenges for motherhood for black mothers through forms of resistance and resilience. For the methodological treatment of this research, we used the qualitative approach of literature review and discourse analysis to understand how the works of Almeida, hooks and Ribeiro, highlighted, enable systemic and social reflection on the resistance and resilience of black mothers in relation to motherhood in contemporary literary works such as <i>Um defeito de cor</i>, <i>Marrom e Amarelo</i>, <i>Quando me descobri negra</i>, <i>Salvar o fogo</i>, among others. The question that arose was: could it be that in these contemporary works of literature there was a result of the achievements of motherhood by black mothers due to the resistance, the resilience, the struggles that engendered previous centuries in these women in opposition to the structural aspects of slavery? The works of the authors mentioned in the methodology as well as contemporary literature contribute to understanding the struggle of these black women so that they can overcome prejudice, structural racism and the concept of motherhood that was previously considered as a conception of objects: children for objects – enslaved mothers.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Mães Negras; Literatura Contemporânea; Resistência; Resiliência	Black Mothers; Contemporary Literature; Resistance; Resilience

INTRODUÇÃO

A maternidade ocupa um papel central na sociedade brasileira, tanto no contexto

cultural quanto no social e econômico. Algumas considerações sobre sua importância é que as mães são como o pilar da família e da comunidade. Nesse sentido, representam a responsabilidade e cuidado, ou seja, as mães são frequentemente vistas como as principais cuidadoras e responsáveis pela criação dos filhos, desempenhando um papel crucial na formação dos valores e da identidade das novas gerações. Ainda essas mães trabalham também o fortalecimento dos laços comunitários. Em muitas comunidades, especialmente em áreas rurais e periféricas, as mães têm um papel central na construção e manutenção de redes de apoio e solidariedade, que são essenciais para a coesão social. As mães desempenham um papel importante na transmissão de tradições culturais, línguas, histórias e práticas religiosas. Elas ajudam a preservar e perpetuar a rica diversidade cultural do Brasil, mantendo a educação e valores. A educação informal passada pelas mães é fundamental na formação dos valores éticos e morais das crianças, influenciando diretamente o comportamento e a visão de mundo dos futuros cidadãos.

Com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, muitas mães contribuem significativamente para a economia familiar e para o crescimento econômico do país. Isso é especialmente notável em lares chefiados por mulheres em que a mãe é a principal ou única provedora. Tudo isso envolve uma economia do cuidado que são, muitas vezes, não remuneradas, desempenhadas pelas mães, como cuidar dos filhos e dos idosos, essas ações têm um valor econômico significativo e são essenciais para o funcionamento da sociedade. Há muitos desafios e uma dose de resiliência é necessária para o enfrentamento de desigualdades.

A maternidade na sociedade brasileira é multifacetada e desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao mesmo tempo em que reflete as complexidades das desigualdades estruturais e culturais presentes no país.

No Brasil, as mães e, conseqüentemente a maternidade, especialmente aquelas que vivem em comunidades estigmatizadas, marginalizadas, enfrentam uma série de desafios como a desigualdade de gênero, racismo e acesso limitado a serviços de saúde e educação, um aspecto central nas discussões sobre políticas públicas como licença maternidade, creches e serviços de saúde materna. A maternidade, nesse contexto, se torna um ato de resistência e resiliência.

A maternidade de mulheres negras no Brasil apresenta especificidades que se manifestam em diversas dimensões que são moldadas por uma combinação de fatores históricos, sociais e culturais e econômicos que afetam de maneira singular as experiências dessas mulheres. A história da escravidão no Brasil deixou profundas marcas na sociedade branca e negra, e as mulheres negras, em particular, herdaram uma carga histórica de opressão e exploração. Um exemplo: durante o período escravocrata, as mães negras eram frequentemente forçadas a abandonar seus próprios filhos, como

exemplificaremos em algumas obras para serem amas de leite dos filhos de seus senhores, uma dinâmica que teve impactos duradouros nas relações familiares e sociais. Apesar dos desafios, as mães negras desempenham um papel crucial na preservação e nas transmissões culturais e das tradições africanas. Isso inclui a manutenção de práticas religiosas, por meio do sincretismo, culinárias e outros aspectos culturais que fortalecem a identidade afro-brasileira.

Evidente que a desigualdade racial e a discriminação são fortes e geradas pelo racismo estrutural de acordo com Almeida (2019). As mulheres negras enfrentam racismo estrutural em muitas áreas da vida, incluindo o mercado de trabalho, a educação e, crucialmente, o sistema de saúde. Essas discriminações afetam o acesso a serviços essenciais e a qualidade do atendimento recebido o que aponta para disparidades na saúde materna. As mulheres negras têm taxas mais altas de mortalidade materna e infantil, acesso limitado a cuidados pré-natais de qualidade e estão mais sujeitas a maus-tratos durante o parto. Isso reflete um sistema de saúde que muitas vezes marginaliza suas necessidades e experiências.

Considera-se fundamental o papel de resistência e resiliência e empoderamento feminino. Diante das adversidades, as mulheres negras muitas vezes desenvolvem formas únicas de resistência e resiliência. Isso pode incluir a criação de redes de apoio comunitário, participação em movimentos sociais e ativismo que promovem a equidade racial e de gênero assim como coletivos de mães negras. Grupos de apoio e coletivos como o 'Criola' e o 'Geledés' têm sido fundamentais para apoiar mães negras, fornecendo espaços para compartilhamento de experiências, educação e advocacia.

Fortalecer a interseccionalidade de gênero, raça e classe é fundamental para a vulnerabilidade socioeconômica. Muitas mulheres negras enfrentam condições socioeconômicas precárias com menor acesso a oportunidades educacionais e de emprego. Isso é exacerbado por discriminações interseccionais que combinam racismo e sexismo, lembrando que um número significativo de famílias negras no Brasil é chefiado por mulheres, o que pode aumentar a carga de responsabilidade e a pressão econômica sobre as mães negras, portanto é premente a representação e visibilidade que evitam estereótipos e invisibilidade.

As mulheres negras frequentemente enfrentam estereótipos negativos que influenciam como são percebidas e tratadas pela sociedade. Isso inclui estereótipos de hipersexualização ou desqualificação como "boas mães". Além disso, mais uma vez apontamos que a valorização da cultura e identidade afro-brasileira é uma forma de resistir à invisibilidade e aos estereótipos. As mães negras desempenham um papel crucial na transmissão de conhecimentos e valores culturais, fortalecendo a identidade de seus filhos e da comunidade.

Para que tudo aconteça são necessárias políticas públicas e jurídicas apontando a necessidade de políticas inclusivas. A criação de políticas públicas que abordem as necessidades específicas das mulheres negras é essencial para promover a equidade. Isso inclui políticas de saúde que abordem as disparidades raciais, programas de apoio econômico e iniciativas de educação e sensibilização sobre o racismo e a discriminação.

As especificidades da maternidade de mulheres negras no Brasil refletem uma interseção de desafios e resistências que são moldadas por fatores históricos, culturais e socioeconômicos. Essas experiências destacam a importância de um reconhecimento mais profundo e respeitoso das contribuições dessas mulheres para a sociedade brasileira.

Em virtude dos apontamentos acima, os objetivos deste artigo consistem em explorar em algumas obras literárias brasileiras contemporâneas os desafios para a maternidade de mães negras nessas formas de resistência e resiliência.

Para o tratamento metodológico desta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa de revisão de literatura e a análise do discurso para compreender como as obras de Almeida, Hook e Ribeiro, em destaque, possibilitam a reflexão sistêmica e social da resistência e resiliência de mães negras em relação à maternidade nas obras literárias contemporâneas como **Um defeito de cor**, **Marrom e amarelo**, **Quando me descobri negra**, **Salvar o fogo**, entre outras.

A pergunta, o problema da pesquisa, incita-nos a pensar sobre qual o lugar do negro no Brasil, a partir das representações do negro e negrura que circulam em textos produzidos desde o final do século XVIII, conforme acentuada na contribuição de Fonseca (2000). Assim, questionamos: será que nessas obras contemporâneas da literatura houve um resultado de conquistas da maternidade de mães negras em função da resistência, da resiliência, das lutas que engendraram séculos anteriores nas mulheres negras em oposição ao estrutural da escravidão?

As obras dos autores apontados na metodologia assim como a literatura contemporânea contribuem para compreender a luta dessas mulheres negras para que possam vencer o preconceito, o racismo estrutural e o conceito de maternidade que foi anteriormente considerado como concepção de objetos: filhos por objetos – mães escravizadas.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

História da maternidade negra: a herança histórica de opressão e resistência no Brasil é uma parte fundamental da identidade e da história do país, especialmente no que se refere às experiências da população negra. Essa herança se desenvolveu ao longo de séculos de escravidão, discriminação e luta por direitos, moldando profundamente as

dinâmicas sociais, culturais e econômicas do Brasil contemporâneo.

A opressão histórica dá-se pela escravidão porque o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888, com a Lei Áurea. Durante mais de 300 anos, milhões de africanos foram trazidos ao país como escravizados, forçados a trabalhar em plantações de açúcar, minas de ouro e outras indústrias. Esse dado histórico será comentado na leitura de *Um defeito de cor*. A escravidão no Brasil foi particularmente brutal e deixou um legado de trauma e desumanização. A escravidão não apenas explorou o trabalho dos africanos e seus descendentes, mas também buscou dismantlar suas culturas, línguas e identidades, impondo uma hierarquia racial que posicionava os brancos europeus no topo e os negros africanos na base da sociedade.

Na pós-abolição, o racismo estrutural consolidou-se (Almeida, 2019): o Brasil não implementou políticas de integração ou reparação para os ex-escravizados, o que perpetuou a marginalização socioeconômica da população negra. O racismo estrutural continuou a moldar a vida dos negros brasileiros, limitando o acesso à educação, emprego, saúde e moradia. A ideologia do "branqueamento", promovida por políticas migratórias e discursos oficiais, buscava diluir a presença negra na sociedade, valorizando a imigração europeia e desvalorizando a cultura afro-brasileira. A questão do branqueamento pode ser vista em figuras acadêmicas e literárias como, por exemplo, as imagens do escritor Machado de Assis que só recentemente passou a aparecer como negro.

Ainda assim, a resistência e resiliência persistiram e persistem com quilombos e rebeliões. Desde o período colonial, a resistência dos negros escravizados foi uma constante. Quilombos, comunidades formadas por escravos fugitivos, foram símbolos poderosos de resistência. O Quilombo dos Palmares é o mais famoso exemplo, tendo resistido por quase um século como uma comunidade autônoma. Rebeliões e revoltas, como a Revolta dos Malês e a Revolta dos Alfaiates, foram manifestações de resistência contra a opressão escravocrata e as injustiças sociais. Muitas foram as contribuições contra o sistema como se vê em o Movimento Negro que, no século XX, emergiu como uma força organizada para combater o racismo e promover os direitos civis dos negros. Organizações como a Frente Negra Brasileira e, mais tarde, o Movimento Negro Unificado, desempenharam papéis cruciais na luta por igualdade e reconhecimento. O movimento tem sido fundamental na promoção da consciência racial, na valorização da cultura afro-brasileira e na luta por políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais nas universidades, por exemplo. As contribuições culturais e intelectuais são enormes. A resistência também se manifestou na cultura por meio da música, literatura, dança e religião. Movimentos culturais como a Capoeira, o Samba, o Candomblé e a Umbanda são exemplos de práticas culturais que resistiram à opressão e se tornaram símbolos de

identidade e orgulho afro-brasileiro. Intelectuais negros como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez foram pioneiros na reflexão sobre a questão racial no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento crítico e para a luta pelos direitos dos negros.

O impacto contemporâneo que se pode ver em obras literárias mostra que ainda há um longo caminho a percorrer porque a herança de opressão e resistência continua a influenciar a sociedade brasileira de várias maneiras. O reconhecimento e a valorização das contribuições afro-brasileiras são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao mesmo tempo, é crucial enfrentar e dismantelar as estruturas de racismo que ainda persistem, promovendo políticas públicas que garantam a equidade e o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos.

O papel da mulher negra como cuidadora e líder comunitária no Brasil é uma dimensão crucial da história e da realidade social do país. Esse papel é moldado por uma herança de resiliência, resistência e força que se manifesta em diversos aspectos da vida comunitária, cultural e política como o papel tradicional de cuidadora. Historicamente, as mulheres negras têm desempenhado o papel de cuidadoras principais em suas famílias e comunidades. Esse papel inclui a criação de filhos, o cuidado com parentes idosos e doentes, e o manejo das tarefas domésticas. Muitas vezes, essa responsabilidade se estende além de suas próprias famílias, abrangendo a comunidade em geral. As mulheres negras são frequentemente as principais educadoras dentro de suas famílias, transmitindo não apenas conhecimento acadêmico, mas também tradições culturais, histórias orais e práticas religiosas. Esse papel é vital para a preservação da identidade cultural afro-brasileira como já apontamos anteriormente.

As mudanças vêm por liderança comunitária, pela organização e mobilização. Mulheres negras têm sido figuras centrais na organização de movimentos comunitários e sociais. Elas têm liderado iniciativas para melhorar as condições de vida em suas comunidades, organizando atividades como mutirões de limpeza, grupos de apoio, eventos culturais e ações de solidariedade. O empoderamento e defesa de direitos destacam líderes comunitárias negras na luta pelos direitos civis e sociais, incluindo acesso à saúde, educação, moradia e justiça racial. Elas desempenham um papel crucial na conscientização sobre os direitos e na mobilização para exigir políticas públicas que atendam às necessidades de suas comunidades.

Resiliência e resposta a adversidades aparecem em respostas a crises. Em tempos de crise, como desastres naturais ou crises econômicas, as mulheres negras frequentemente emergem como figuras de liderança, organizando respostas comunitárias e redes de apoio. Elas muitas vezes criam sistemas informais de assistência que ajudam a suprir a falta de recursos e serviços públicos. Muitas mulheres negras têm usado o empreendedorismo como uma forma de empoderamento econômico e social. Elas iniciam

negócios que não apenas oferecem sustento para suas famílias, mas também fortalecem a economia local e promovem a cultura afro-brasileira.

A questão da cultura e da identidade também é muito importante porque as mulheres negras são frequentemente as guardiãs de tradições culturais e religiosas afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Elas desempenham um papel vital na manutenção e transmissão dessas tradições, atuando como sacerdotisas, mães de santo e líderes espirituais. Na música, na dança e nas artes visuais, mulheres negras têm sido líderes na promoção e preservação da cultura afro-brasileira. Elas contribuem para a visibilidade e valorização dessa cultura, tanto dentro quanto fora de suas comunidades.

Em que pesem tantas considerações, os desafios e reconhecimento nem sempre acontecem. Apesar de sua contribuição significativa, o papel das mulheres negras como cuidadoras e líderes comunitárias muitas vezes é subvalorizado e invisibilizado. Elas enfrentam desafios relacionados ao racismo, sexismo e à desigualdade econômica que podem limitar suas oportunidades e reconhecimento. Nos últimos anos, tem havido um aumento no reconhecimento e na valorização das contribuições das mulheres negras. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e políticas de ações afirmativas têm contribuído para promover a visibilidade e o empoderamento dessas mulheres.

O papel da mulher negra como cuidadora e líder comunitária é uma manifestação de sua força, resiliência e compromisso com suas famílias e comunidades. Essas mulheres desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao mesmo tempo em que preservam e promovem a rica herança cultural afro-brasileira.

Tudo envolve aspectos culturais e sociais. A importância da comunidade e da rede de apoio no Brasil é uma característica fundamental da estrutura social do país, especialmente em comunidades de baixa renda e entre grupos marginalizados. Essas redes desempenham um papel crucial no fornecimento de suporte emocional, financeiro e social, criando um senso de pertencimento e solidariedade que é vital para a resiliência e o bem-estar das pessoas. Alguns pontos que destacam essa importância, a solidariedade e coesão social, o apoio mútuo: em muitas comunidades, especialmente em áreas urbanas periféricas e rurais, as redes de apoio são essenciais para a sobrevivência diária. Elas se manifestam em formas de ajuda mútua como compartilhamento de recursos, cuidado infantil comunitário, e apoio financeiro emergencial. Durante crises, como desastres naturais, crises econômicas ou sanitárias (como a pandemia de COVID-19), essas redes se tornam ainda mais vitais.

As comunidades se mobilizam rapidamente para fornecer alimentos, cuidados médicos e apoio psicológico, muitas vezes suprimindo lacunas deixadas pela falta de intervenção governamental. Assim são as redes de apoio e empoderamento. Muitas comunidades têm organizações locais e coletivos que trabalham para promover o bem-

estar social e econômico. Esses grupos podem oferecer educação, treinamento profissional, atividades culturais e esportivas, além de campanhas de conscientização sobre direitos e saúde. As redes de apoio são especialmente importantes para o empoderamento das mulheres, oferecendo espaços seguros para compartilhar experiências e enfrentar desafios comuns como violência doméstica, discriminação de gênero e desigualdade econômica. Muito importante é a manutenção de tradições e identidade cultural. As redes comunitárias desempenham um papel vital na preservação e transmissão de tradições culturais, práticas religiosas e línguas. Em comunidades afro-brasileiras, indígenas e quilombolas, por exemplo, essas redes ajudam a manter vivas práticas ancestrais e a fortalecer a identidade cultural. As redes de apoio também são fundamentais para a promoção da arte e da cultura local. Eventos comunitários, festivais e manifestações culturais são formas de celebrar e compartilhar a identidade coletiva, ao mesmo tempo em que fortalecem os laços sociais. Essencial é o apoio psicológico e emocional.

As redes de apoio oferecem espaços para que os indivíduos compartilhem suas dificuldades e encontrem solidariedade. Isso é particularmente importante para pessoas que enfrentam discriminação, exclusão social ou traumas, proporcionando um senso de pertencimento e segurança. Em áreas onde o acesso a serviços de saúde mental é limitado, redes comunitárias podem fornecer apoio emocional e psicológico, organizando grupos de discussão, sessões de terapia em grupo e outras formas de suporte informal. Importante manter também o engajamento cívico e político. As redes comunitárias frequentemente se tornam plataformas para a defesa de direitos e a luta por justiça social. Elas mobilizam os membros para participar de protestos, campanhas políticas e outras formas de engajamento cívico, defendendo melhorias nas políticas públicas e maior investimento em suas comunidades. Essas redes também são espaços em que novas lideranças comunitárias podem surgir. Pessoas envolvidas em atividades comunitárias desenvolvem habilidades de liderança e organização que são fundamentais para o desenvolvimento social e político das comunidades. Resiliência e sustentabilidade são necessárias. A presença de uma rede de apoio forte pode aumentar significativamente a resiliência de uma comunidade frente a desafios econômicos, sociais e ambientais. Ela fortalece o tecido social e promove uma resposta coletiva a problemas comuns. Redes de apoio também podem promover práticas sustentáveis como agricultura comunitária, economia solidária e outras iniciativas que contribuem para a autossuficiência e a sustentabilidade ambiental das comunidades.

A importância da comunidade e da rede de apoio no Brasil é multifacetada e essencial para a coesão social, o empoderamento individual e coletivo, e a promoção da justiça social e econômica. Elas representam uma fonte de força e resiliência,

especialmente para aqueles que enfrentam maiores desafios sociais e econômicos.

2 INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA MATERNIDADE

A cultura afro-brasileira exerce uma influência significativa na maternidade no Brasil, moldando práticas, valores e a experiência de ser mãe dentro das comunidades negras. Essa influência é uma manifestação da rica herança cultural africana que foi preservada e adaptada ao longo dos séculos, mesmo diante de um contexto histórico de escravidão e marginalização. Aspectos dessa influência são os valores comunitários e coletivos. A cultura afro-brasileira valoriza fortemente o conceito de comunidade e coletividade que se reflete na maneira como as crianças são criadas. Muitas mães negras contam com o apoio de familiares, vizinhos e amigos, criando um ambiente em que a responsabilidade pela educação e bem-estar das crianças é compartilhada. Essa rede de suporte é essencial, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Dentro das famílias afro-brasileiras, figuras como avós e tias frequentemente desempenham papéis importantes na criação das crianças, agindo como fontes de sabedoria e apoio. Esse modelo de cuidado compartilhado é uma prática tradicional que fortalece os laços familiares e comunitários. A preservação e transmissão cultural com as tradições orais e histórias de vida se valem da oralidade, uma característica marcante da cultura afro-brasileira, e as mães desempenham um papel central na transmissão de histórias, mitos e tradições culturais para seus filhos. Isso inclui contos sobre ancestrais, histórias de resistência e lutas, e ensinamentos sobre os valores culturais. Religiões afro-brasileiras revelam que muitas mães negras também transmitem práticas religiosas afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda, já citadas, para seus filhos. Essas práticas envolvem rituais, cânticos, e celebrações que reforçam a identidade cultural e espiritual, além de proporcionar uma sensação de pertencimento e continuidade histórica. Representativa é a culinária e alimentação como expressão cultural. A culinária afro-brasileira, rica em sabores e significados, é uma parte importante da maternidade.

Mães negras ensinam receitas tradicionais e o valor simbólico dos alimentos que muitas vezes têm raízes em práticas alimentares africanas adaptadas ao Brasil. Alimentos como acarajé, vatapá e feijoada não são apenas pratos, mas também formas de manter viva a herança cultural. As celebrações de datas importantes como festas de santos e festas de orixás, muitas vezes envolvem a preparação de comidas específicas que são transmitidas de geração em geração. As mães desempenham um papel central na organização e na preservação dessas tradições culinárias. Expressões artísticas e culturais como a dança e a música são componentes essenciais da cultura afro-brasileira, e as mães frequentemente introduzem seus filhos a esses elementos desde cedo. Ritmos como o samba, o jongo e o maracatu, assim como o canto de músicas de origem africana, são

formas de expressar identidade e resistência cultural. As mães também podem ensinar a seus filhos habilidades em artes e artesanato como confecção de roupas tradicionais, esculturas e pinturas que refletem temas e símbolos afro-brasileiros. Essas práticas não só preservam a cultura, mas também podem ser uma fonte de renda e empoderamento econômico.

Tudo se vale de valores de resiliência e resistência. A cultura afro-brasileira, marcada pela resistência histórica contra a escravidão e a discriminação, ensina valores de resiliência e orgulho cultural. Mães negras frequentemente inculcam em seus filhos um senso de orgulho pela sua herança e uma consciência crítica sobre as injustiças sociais que ainda enfrentam. Além de transmitir cultura, muitas mães negras também enfatizam a importância da educação formal e da consciência política, incentivando seus filhos a se engajarem em lutas sociais e a buscarem formas de superar as barreiras impostas pelo racismo estrutural.

A maternidade afro-brasileira também pode incluir o uso de práticas de cuidado tradicional como o uso de ervas medicinais e remédios caseiros que são passados de geração em geração. Essas práticas são uma parte importante do conhecimento tradicional e refletem uma abordagem holística da saúde e do bem-estar.

A influência da cultura afro-brasileira na maternidade no Brasil é profunda e multifacetada. Ela não só preserva e transmite uma rica herança cultural, mas também proporciona uma base de resistência e empoderamento para enfrentar os desafios contemporâneos. Essa herança cultural é vital para a identidade e a coesão das comunidades afro-brasileiras, fortalecendo laços familiares e comunitários e celebrando a diversidade cultural do país.

2.1 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Como vimos acima, o papel da maternidade é imprescindível, no entanto há muito a fazer para que todas essas ações se perpetuem. A questão se volta aos principais problemas no país, o racismo e a discriminação. São várias as pertinentes lutas que precisam encarar as experiências de racismo como, por exemplo, no sistema de saúde. As experiências de racismo no sistema de saúde no Brasil são um problema persistente e multifacetado que afeta de forma significativa a população negra. Essas experiências incluem desde o tratamento desigual e preconceituoso até a falta de acesso adequado a serviços de saúde como o acesso desigual a serviços de saúde. Barreiras de acesso são inúmeras. Populações negras muitas vezes enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido a barreiras socioeconômicas e geográficas. Muitas comunidades negras vivem em áreas com infraestrutura deficiente e falta de serviços de saúde próximos, o que limita o acesso a cuidados médicos preventivos e de emergência. Há disparidades no

atendimento. Mesmo quando conseguem acessar os serviços de saúde, os pacientes negros frequentemente relatam receber um atendimento de menor qualidade em comparação a pacientes brancos. Isso inclui tempos de espera mais longos, menor atenção às suas queixas e diagnósticos errôneos ou atrasados. A discriminação e preconceito no atendimento revelam atitudes preconceituosas. Relatos de discriminação racial explícita e implícita são comuns no sistema de saúde. Pacientes negros podem ser tratados com desrespeito, desdém ou suspeita, e suas queixas muitas vezes são minimizadas ou desconsideradas. Esse tratamento pode ser baseado em estereótipos raciais, como a falsa crença de que pessoas negras têm maior tolerância à dor. Esse é o resultado do racismo estrutural. Além das atitudes individuais, o racismo estrutural no sistema de saúde se manifesta em práticas institucionais que desfavorecem a população negra. Isso inclui a sub-representação de médicos e profissionais de saúde negros, que pode influenciar a sensibilidade cultural no atendimento, e a falta de políticas de saúde que abordem as necessidades específicas da população negra. Evidente que tudo isso gera um impacto nas mulheres negras. Elas enfrentam taxas significativamente mais altas de mortalidade materna e infantil em comparação a mulheres brancas. Essas disparidades são frequentemente resultado de uma combinação de acesso desigual aos serviços de saúde e de cuidados inadequados durante a gravidez e o parto. Muitas vezes, as preocupações das mulheres negras são desconsideradas ou minimizadas, levando a cuidados inadequados. Muitas mulheres negras também estão mais sujeitas a experiências de violência obstétrica, que inclui práticas abusivas ou desrespeitosas durante o parto, como o uso de procedimentos médicos sem consentimento adequado ou comentários desrespeitosos e racistas.

O que acontece com a saúde mental e o estigma? A população negra enfrenta desafios específicos no acesso a serviços de saúde mental que incluem estigma cultural e a falta de profissionais capacitados para lidar com as particularidades da experiência negra. Esse estigma pode impedir que as pessoas busquem ajuda ou recebam um diagnóstico correto. Mesmo quando acessam serviços de saúde mental, pacientes negros podem ser submetidos a tratamentos discriminatórios como serem vistos como menos cooperativos ou mais agressivos, o que pode afetar o tipo de tratamento recebido. Doenças crônicas e cuidados preventivos quase nunca existem. Doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, são prevalentes na população negra, mas muitas vezes são subdiagnosticadas ou tratadas de maneira inadequada. Isso pode ser resultado de preconceitos inconscientes dos profissionais de saúde que podem não levar a sério os sintomas relatados por pacientes negros ou atribuir doenças a "fatores genéticos" sem investigar outras causas. Existe uma carência de políticas de saúde pública focadas nas necessidades específicas da população negra, incluindo campanhas de prevenção e educação sobre saúde que

abordem as condições mais prevalentes e os fatores de risco associados.

Como combater o racismo no sistema de saúde? É fundamental investir em programas de capacitação e sensibilização para profissionais de saúde. Isso inclui treinamentos sobre diversidade cultural, preconceitos inconscientes e direitos dos pacientes. Implementar políticas de saúde inclusivas que reconheçam e abordem as disparidades raciais é crucial. Isso inclui garantir o acesso equitativo a serviços de saúde, promover a representatividade racial entre os profissionais de saúde e desenvolver programas de saúde específicos para a população negra. As experiências de racismo no sistema de saúde no Brasil refletem uma questão sistêmica que requer atenção urgente. É necessário reconhecer e combater essas desigualdades para garantir um atendimento justo e de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua raça. As desigualdades no acesso a serviços e recursos no Brasil são uma característica persistente da estrutura socioeconômica do país, afetando profundamente a qualidade de vida de diferentes grupos sociais. Essas desigualdades são manifestadas em várias áreas, incluindo saúde, educação, moradia, emprego e segurança, e são frequentemente exacerbadas por fatores como raça, gênero, localização geográfica e condição socioeconômica. Como essa desigualdade acontece? A educação é um dos fatores. O acesso à educação de qualidade é desigual no Brasil. Escolas públicas em áreas urbanas periféricas e rurais muitas vezes enfrentam falta de recursos, infraestrutura inadequada e carência de professores qualificados, o que contrasta com as escolas em áreas urbanas centrais e privadas que oferecem melhores condições de ensino e aprendizado. Alunos negros e de baixa renda enfrentam maiores barreiras no acesso à educação de qualidade. A falta de acesso a escolas de excelência e a desafios como a necessidade de trabalhar desde cedo contribuem para taxas mais baixas de conclusão do ensino médio e acesso ao ensino superior para esses grupos.

A saúde é uma outra questão geral. Há uma disparidade significativa no acesso aos serviços de saúde entre diferentes regiões do país e entre diferentes grupos socioeconômicos. Comunidades em áreas rurais e periféricas frequentemente têm acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, incluindo hospitais, clínicas e profissionais de saúde especializados. Populações negras e mulheres enfrentam desafios adicionais no acesso a cuidados de saúde adequados. Isso inclui maior exposição a práticas discriminatórias e menor acesso a tratamentos especializados. As mulheres negras, por exemplo, apresentam taxas mais altas de mortalidade materna e enfrentam barreiras no acesso a cuidados reprodutivos e de saúde mental.

A moradia é também uma barreira. A desigualdade no acesso à moradia é uma questão crítica no Brasil. Milhões de brasileiros vivem em condições inadequadas, em favelas ou áreas de risco com acesso limitado à infraestrutura básica como saneamento,

água potável e eletricidade. O acesso a políticas habitacionais e programas de financiamento é muitas vezes desigual, beneficiando principalmente aqueles que já possuem melhores condições socioeconômicas. A falta de moradia adequada impacta negativamente a saúde, a segurança e a educação das famílias que vivem em condições precárias.

Emprego e renda, principalmente, se juntam aos itens acima. Há uma disparidade significativa nos níveis de renda entre diferentes grupos sociais no Brasil. Mulheres, especialmente negras, tendem a ganhar menos que homens brancos, ainda que com o mesmo nível de qualificação. Essa desigualdade salarial é uma das mais altas da América Latina. Acesso a empregos formais e bem remunerados é desigual. Grupos marginalizados, como negros e indígenas, enfrentam maiores taxas de desemprego e são mais frequentemente empregados em setores informais ou precários sem acesso a direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Em termos de segurança, as desigualdades aumentam. Regiões periféricas e comunidades de baixa renda, predominantemente ocupadas por populações negras, enfrentam níveis mais altos de violência e uma presença policial que, muitas vezes, é marcada por abusos e discriminação racial. Isso leva a acesso à justiça limitado para muitas pessoas de baixa renda e grupos marginalizados. A falta de recursos para contratar advogados e o tratamento desigual pelo sistema judicial contribuem para um sentimento de injustiça e desconfiança nas instituições.

Infraestrutura e serviços públicos caracterizam a desigualdade regional, como falamos, o Brasil é apontado por grandes desigualdades regionais. Regiões como o Nordeste e o Norte têm menos acesso à infraestrutura básica e serviços públicos de qualidade em comparação com o Sudeste e o Sul. Isso inclui transporte, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações. O que leva, naturalmente, à falta de acesso à tecnologia como internet de alta velocidade, desigual, o que afeta a educação, o trabalho e a capacidade de participação plena na sociedade moderna. Essa exclusão digital é mais acentuada entre comunidades rurais, de baixa renda e indígenas. O dono da Starlink, Elon Musk, tem levado internet a comunidades indígenas, uma polêmica à parte, que não discutiremos neste artigo.

Enfim, faltam políticas públicas e intervenções. Muitas das políticas públicas não abordam adequadamente as necessidades específicas de grupos marginalizados. Programas de inclusão e assistência como o Bolsa Família têm ajudado a reduzir algumas desigualdades, mas ainda há uma grande lacuna em termos de acesso equitativo a serviços essenciais e oportunidades econômicas. A participação cívica e política é muitas vezes limitada para grupos marginalizados, como por exemplo a representação política, o que significa que suas vozes e necessidades não são adequadamente representadas nos

processos de tomada de decisão que afetam suas vidas.

As desigualdades no acesso a serviços e recursos no Brasil refletem uma complexa interação de fatores históricos, sociais e econômicos. Abordar essas desigualdades requer um compromisso contínuo com políticas públicas inclusivas, investimentos em infraestrutura e serviços sociais, e um esforço concertado para combater o racismo e outras formas de discriminação. Somente por meio de uma abordagem abrangente e equitativa será possível garantir que todos os brasileiros tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos essenciais para uma vida digna e saudável.

Com todas essas questões, uma agrava sobremaneira a vida de mulheres negras. Como conciliar maternidade e vida profissional? Esse é um tema central no debate sobre igualdade de gênero e condições de trabalho no Brasil, e os impactos da precariedade laboral e da informalidade aumentam esses desafios. Impactam os desafios da jornada dupla. Mulheres que são mães frequentemente enfrentam a chamada "jornada dupla" – a responsabilidade pelo trabalho remunerado e as tarefas domésticas e cuidados com os filhos. A dificuldade em equilibrar essas responsabilidades pode levar a estresse e exaustão e, muitas vezes, resulta em limitações nas oportunidades profissionais e no avanço na carreira. No Brasil, embora existam algumas políticas de apoio à maternidade, como a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade, essas políticas frequentemente não são suficientes para atender às necessidades das mães trabalhadoras. A falta de políticas mais abrangentes como creches acessíveis e flexibilidade de horário pode dificultar a conciliação entre trabalho e maternidade. As expectativas sociais e culturais muitas vezes colocam pressão adicional sobre as mães para que desempenhem papéis tradicionais de cuidadoras, o que pode afetar negativamente suas carreiras. As mulheres podem enfrentar discriminação no trabalho por estarem grávidas ou por tirarem licença-maternidade, o que pode impactar suas oportunidades de avanço profissional. O mercado de trabalho no Brasil é caracterizado por altos níveis de precariedade, especialmente para trabalhadores de baixa renda. Contratos temporários, empregos com baixos salários e falta de benefícios são comuns. Para as mães, a precariedade laboral pode significar maior insegurança financeira e menor acesso a direitos trabalhistas básicos como licença maternidade remunerada e proteção contra demissão sem justa causa. A informalidade no mercado de trabalho é um problema significativo. Muitas mulheres, especialmente as de baixa renda e das periferias, estão empregadas em trabalhos informais que não oferecem os mesmos direitos e proteções que os empregos formais. Isso inclui a falta de acesso a benefícios como seguro de saúde, aposentadoria e licença-maternidade, como apontamos. Trabalhar informalmente pode tornar mais difícil para as mães equilibrar trabalho e cuidados com os filhos, além de aumentar o risco de exploração e abuso. A precariedade e a informalidade podem

impactar negativamente a saúde física e mental das mães. A insegurança no emprego e a falta de benefícios podem levar a um estresse financeiro e psicológico adicional que afeta o bem-estar geral das mulheres e de suas famílias. Além disso, a falta de condições de trabalho adequadas pode ter efeitos adversos na saúde física das trabalhadoras. A insegurança no emprego e a falta de benefícios podem resultar em uma qualidade de vida familiar reduzida, dificultando o acesso a serviços de saúde, educação e outras necessidades básicas para os filhos. Isso pode perpetuar ciclos de pobreza e desigualdade entre gerações. É necessário expandir e melhorar as políticas de licença maternidade e paternidade, oferecendo mais tempo e apoio financeiro para que pais possam se dedicar ao cuidado dos filhos sem comprometer sua estabilidade econômica.

A criação de políticas que garantam acesso a creches e serviços de cuidado infantil acessíveis e de qualidade pode ajudar as mães a retornar ao trabalho e conciliar suas responsabilidades profissionais e familiares. Promover a formalização do trabalho e garantir que todos os trabalhadores, especialmente as mulheres, tenham acesso a direitos trabalhistas e benefícios pode ajudar a reduzir a precariedade e melhorar as condições de trabalho. Incentivar práticas de trabalho flexíveis, como horários adaptáveis e a possibilidade de trabalho remoto, pode ajudar as mães a gerenciar suas responsabilidades profissionais e familiares de maneira mais equilibrada.

A conciliação entre maternidade e vida profissional, juntamente com os impactos da precariedade laboral e da informalidade, representa um desafio significativo no Brasil. Abordar esses problemas exige um esforço coordenado entre governo, empregadores e sociedade para criar um ambiente de trabalho mais justo e igualitário que apoie adequadamente as mães e promova a equidade de gênero no mercado de trabalho.

3 LITERATURA CONTEMPORÂNEA E A MATERNIDADE DE MULHERES NEGRAS

A literatura brasileira contemporânea tem abordado a questão da mulher negra e a maternidade com uma perspectiva cada vez mais diversificada e complexa. Autores e autoras têm explorado essas temáticas sob diferentes ângulos, destacando as múltiplas identidades e experiências das mulheres negras no Brasil.

A visibilidade e representatividade:

A mulher negra na literatura contemporânea é frequentemente representada como uma figura que luta contra estereótipos e busca afirmar sua identidade em uma sociedade que ainda lida com o racismo estrutural. A maternidade, por sua vez, é retratada tanto como uma experiência de força e resistência quanto como um desafio em um contexto de desigualdades sociais e econômicas.

Desafios da maternidade negra:

obras literárias têm explorado as particularidades da experiência da maternidade para mulheres negras, muitas vezes destacando a interseção de raça e gênero. Isso inclui questões como a solidão materna, a sobrecarga de responsabilidades e o impacto do racismo na criação dos filhos.

Empoderamento e resistência:

A literatura também celebra o empoderamento das mulheres negras, mostrando como elas usam a maternidade como uma ferramenta de resistência e transformação social. Há um foco na transmissão de valores culturais e históricos, bem como na construção de uma identidade positiva para as próximas gerações.

Diversidade de vozes e narrativas:

A crescente inclusão de autoras e autores negros na literatura brasileira contemporânea tem ampliado a diversidade de perspectivas sobre a mulher negra e a maternidade. Isso inclui desde narrativas de ficção até autobiografias e ensaios que exploram a realidade dessas mulheres em diferentes contextos sociais e históricos.

Autoras como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Ana Maria Gonçalves são alguns dos nomes que têm contribuído para enriquecer o panorama literário com suas abordagens sobre a mulher negra e a maternidade.

Embora, sem dúvida, as mulheres autoras e negras citadas acima têm sido fonte de inspiração, de crítica social a uma representação exótica ou estereotipada que não se sustenta mais, alguns autores negros apresentam uma literatura que trabalha as questões apontadas em relação ao racismo estrutural, a inclusão de mulheres negras e todas as mazelas aqui apontadas.

Nas apresentações a seguir, encontramos nos romances a presença dessa maternidade seja como a personagem mãe ou como a mãe da personagem. De qualquer forma, essas obras mostram uma inclusão de vários níveis como descobrir-se negra, irmãos de mãe negra e que são branqueados, a menina que chega escravizada ao Brasil e perde o filho, a mulher emulada por ser mulher e por isso julgada bruxa; enfim, todos temas que não escapam à questão de ser negra, mulher e mãe.

A leitura dessas obras leva, principalmente, em consideração a obra de bell hooks (2021) em que as perspectivas sobre o amor estão presentes e envolvidas com preconceito, estigmas, cabelos, corpos e identidades da mulher negra, mãe. Como isso acontece? Falamos aqui sobre comunidades que dão apoio a mulheres, a mulheres negras, fazendo-as pertencer a um grupo de, também, felicidade, assim diz a autora:

Para garantir a sobrevivência humana em todos os lugares do mundo, mulheres e homens se organizam em comunidades. Comunidades alimentam a vida – não as famílias nucleares nem o ‘casal’, e tampouco a dureza individualista. Não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade (hooks, 2021, p 161).

Apresentamos a leitura de algumas obras como:

Um defeito de cor

É um romance da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, publicado em 2006. A obra é uma narrativa épica que segue a vida de Kehinde, uma mulher africana que foi trazida ao Brasil escravizada ainda criança. O livro é conhecido por sua rica exploração da história e cultura afro-brasileira, e por sua profundidade na representação da experiência de mulheres negras. Essa experiência apanha Kehinde ainda menina sonhadora, mas que já se ressentia por exercitar uma linguagem que não é a dela:

Comentei que deviam dizer a ela que essas crianças podiam ser *abikus*, mas fui repreendida pela Esméria e avisada de que nunca deveria tocar nesse assunto. Ela disse também que, mesmo não sendo de verdade, todos nós tínhamos que adotar a religião e as crenças dos brancos, e que era falha ainda não ter me ensinado a rezar (Gonçalves, 2021, p. 80).

Alguns aspectos importantes de **Um Defeito de Cor**:

Trama e estrutura:

O romance é narrado pela própria Kehinde, já idosa, que reconta sua vida em uma longa carta ao filho que ela acredita estar vivo, Luiz Gama, o famoso abolicionista brasileiro. A narrativa cobre desde a infância de Kehinde na África, passando pela sua captura e escravização, até sua vida no Brasil e sua busca pelo filho perdido. O livro é dividido em várias partes, são capítulos, dez ao todo, com um prólogo e bibliografia, cada uma detalhando diferentes fases de sua vida. A primeira pessoa marca a narrativa e Kehinde inicia a sua história identificando-se e marcando sua origem:

Eu nasci em Savalu, reino de Daomé, África, no ano de um mil oitocentos e dez. Portanto, tinha seis anos, quase sete, quando esta história começou. O que aconteceu antes disso não tem importância, pois a vida corria paralela ao destino. O meu nome é Kehinde porque sou uma *ibêji* e nasci por último (Gonçalves, 2021, p. 19).

Temáticas centrais:

A obra aborda temas como escravidão, racismo, maternidade, resistência e

identidade. Kehinde é uma personagem que encarna a luta pela liberdade e pela **dignidade** em meio a condições adversas. A maternidade é um tema particularmente central com Kehinde buscando incessantemente seu filho perdido e refletindo sobre o significado de ser mãe em um contexto de desumanização:

Antes de ele nascer, cheguei a pensar que teria gostado se fosse um abiku do fogo, do tipo que mata a mãe quando vem ao mundo, mas quando o senti fazendo força para sair de dentro de mim no meio daquela travessia, pedi a todos os orixás que não deixassem Orumilá ouvir aquele meu pensamento. O que seria do meu filho se eu morresse e ele ficasse sozinho no mundo? (Gonçalves, 2019, p. 187).

História e cultura afro-brasileira:

Um Defeito de Cor mergulha profundamente na cultura africana e afro-brasileira, explorando tradições religiosas, linguagens e costumes. Ana Maria **Gonçalves** faz um trabalho extenso de pesquisa histórica, incorporando eventos e personagens reais na trama, o que dá ao romance uma sensação de autenticidade e riqueza histórica:

Não tinha cruzado o Largo do Pelourinho quando encontrei a Cláudia, que abriu um enorme sorriso ao me ver [...]. Fez tudo sozinha para não me incomodar, e estava indo pegar a Oxum e levar até o canto, para entregar a prenda à vencedora [...] E também não queria mais entregar a Oxum, depois da promessa que tinha feito a ela na noite anterior (Gonçalves, 2019, p. 343).

Representação e importância:

O romance é considerado uma obra significativa na literatura brasileira contemporânea, não apenas por sua narrativa envolvente e **personagens** bem construídos, mas também por dar voz às experiências de mulheres negras na história do Brasil. *Um Defeito de Cor* é celebrado por sua contribuição à valorização da cultura afro-brasileira e pela representação complexa e empática da experiência negra:

A cerimônia foi feita do mesmo jeito que a do Banjokô, e meu segundo filho também ganhou presentes improvisados das mulheres e dos filhos do Baba Ogumfiditimi, algum dinheiro, dois pássaros, uma tartaruga e duas galinhas, que agradaram demais ao Banjokô. Eu ainda não tinha decidido os nomes, e a Esméria me ajudou a escolher pelo caminho [...] (Gonçalves, 2019, p. 403).

Ana Maria Gonçalves recebeu reconhecimento crítico por seu trabalho, e o livro ganhou o Prêmio Casa de Las Américas em 2007, um dos mais importantes prêmios literários da América Latina.

Salvar o fogo

Salvar o Fogo é obra de Itamar Vieira Junior, autor conhecido pelo sucesso de seu romance *Torto Arado*. É na Tapera do Paraguaçu, uma comunidade tradicional de origens afro-indígenas, que vivem Luzia, o irmão Moisés e o pai Mundinho. Sob o jugo da Igreja católica, que mantém ali um mosteiro construído há séculos, a vida segue um curso duro, marcado pela luta e pela defesa ferrenha do curto pedaço de chão que fornece a matéria para a sobrevivência. Se a presença do poder religioso permite ao menino, Moisés, a possibilidade do estudo que os pais e os irmãos não tiveram, ela é também a chave para dores que atravessam séculos, do passado ao mais imediato presente, marcando a ferro e fogo essa família – e mais, toda uma comunidade e, por que não, um país que parece ainda sentir arder as feridas da colonização. A sinopse reduz a obra, mas dá a ideia geral do que o livro explora.

A questão do domínio religioso impera e aflige a personagem feminina que se vê acuada em deixar que o filho ilegítimo venha ao mundo ou que outro destino lhe seja destinado. Dentre tantas, essa é a primeira questão que se apresenta ao leitor, quem é essa mulher? Quem a deixou prenhe? Todas essas perguntas vão sendo respondidas ao longo da obra, mas o impacto inicial é a pedra de toque dessa narrativa, justamente mostra o que uma mulher vivendo em meio a uma sociedade bravia tem que fazer, matar o filho que lhe vai ao ventre:

Enquanto estava deitada deixou a mão repousada sobre o ventre de seu pequeno corpo. Ali, sabia, estava a causa de sua aflição, a vida se contorcendo com violência, e era como se ela própria fosse arrebentar com a força que se digladiava para deixá-la. [...] Quando a criança enfim nascesse, a entregaria às águas. Que o rio cuidasse de sua cria. Que a correnteza a levasse para bem longe (Vieira Junior, 2023, p 14).

A questão da dureza da maternidade em meio hostil é constante quando os personagens se referem à mãe e à cumplicidade que une mãe e filhos. São narrativas de que muito já ouvimos falar, daquela resiliência apontada neste artigo, do que nada se pode fazer a não ser se apegar à religiosidade ou ao castigo divino:

Eu senti conforto com aquele toque e me penitenciei por não ser tão generosa como minha mãe tinha sido com os filhos. Mas agora era tarde, era o ditado que nos dizia quando se deparava com algo que não poderia mais desfazer. Sem minha mãe era mais difícil contornar toda a mentira que compartilhamos de que o menino era seu filho, que era meu irmão e de Zazau (Vieira Junior, 2023, p 152).

Esse sentimento de perda inevitável, da morte amorosa entre essas mães e seus filhos, esbarra no que diz Bell Hooks (2021, p. 221): ‘Culturas de dominação cortejam a morte’.

Quando me descobri negra

É um livro de Bianca Santana, publicado em 2015, explora a experiência de ser uma mulher negra no Brasil, abordando temas como identidade racial, racismo, autoestima e a luta por representatividade.

A obra é dividida em capítulos curtos, cada um deles abordando diferentes aspectos da experiência de Bianca Santana como uma mulher negra. A autora compartilha histórias pessoais, observações e reflexões sobre momentos em que se deparou com o racismo, tanto de forma explícita quanto sutil. Ela narra desde situações cotidianas, como a dificuldade de encontrar produtos para seu cabelo, até episódios mais marcantes de discriminação e preconceito.

Bianca Santana explora o processo de construção de sua identidade racial, discutindo como a sociedade brasileira, muitas vezes, nega ou invisibiliza a negritude. Ela fala sobre a importância de se reconhecer como negra e de celebrar essa identidade, desafiando os padrões de beleza e os estereótipos impostos pela sociedade.

Focando o racismo estrutural de que já falamos, a obra traz uma reflexão profunda sobre como o racismo está enraizado na sociedade brasileira. Bianca Santana compartilha experiências que ilustram como o racismo afeta todos os aspectos da vida de uma pessoa negra, desde as oportunidades de emprego até o tratamento em espaços públicos:

Solto e bonito. Volto ao espelho e coloco uma faixa. Um pouco mais de tempo e recorro aos grampinhos. ‘Esse jeito de prender tem uma coisa de negritude, mas ainda é preso’, falei na terapia. Na mesma semana, li um texto sob o título ‘Minha filha tem o cabelo muito crespo. A partir de qual idade posso alisá-lo?’ Ah, as sincronicidades da vida (Santana, 2015, p. 21).

O livro também é um relato de resistência e empoderamento de que falamos aqui. Bianca Santana discute a importância da educação, da cultura e do ativismo na luta contra o racismo. Ela destaca a necessidade de fortalecer a autoestima das mulheres negras e de criar espaços onde possam se expressar e ser ouvidas.

A falta de representatividade de pessoas negras na mídia, na literatura e em outras áreas é um tema recorrente no livro. A autora ressalta como a presença de modelos e referências negras pode ter um impacto positivo na construção da identidade e da autoestima de crianças e jovens negros.

Quando Me Descobri Negra é escrito em um estilo acessível e direto que convida o leitor a refletir sobre suas próprias experiências e preconceitos. A linguagem é envolvente e emocional, o que torna o relato de Bianca Santana ainda mais impactante. As questões relacionadas à maternidade estão presentes na falta de opção da mãe que precisa conciliar o filho com a oportunidade de estudar; é um exemplo, como já apontamos, em relação às mulheres e principalmente às mulheres negras:

Ela foi construindo um lugar próprio da brasileira-negra-mãe-solteira-esforçada-tentando-ganhar-a-vida-em-Portugal.

Estudar e cuidar da filha tomava todo o tempo e não permitia muita interação social. Nos raros momentos de lazer, caminhava pela cidade. E ficava evidente como era notada (Santana, 2015, p. 53).

Bianca Santana, como escritora e ativista, tem contribuído significativamente para o debate sobre raça e gênero no Brasil, e **Quando Me Descobri Negra** é uma peça importante nesse diálogo.

Marrom e amarelo

Marrom e Amarelo é um romance do escritor brasileiro Paulo Scott, publicado em 2019. A obra explora temas de raça, identidade e relações familiares no contexto brasileiro contemporâneo com uma narrativa que mergulha nas complexidades do racismo e das tensões raciais no país:

Esse é o problema de gente branca de elite porto-alegrense, como tu, Vocês não cedem espaço, Vocês nunca estão errados, Cara, Vocês estavam completamente errados, na postura, na atitude, Estavam exercendo a todo gás o privilégio de brancos endinheirados de vocês, Fazendo questão de que os desqualificados da periferia continuassem invisíveis aguentando o que tivesse de aguentar de vocês (Scott, 2019, p. 118).

O romance narra a história de dois irmãos, Federico e Lourenço, que têm diferentes tons de pele. Federico é mais claro (amarelo) e Lourenço é mais escuro (marrom). A história é contada a partir da perspectiva de Federico que reflete sobre sua vida e as diferentes experiências de discriminação que ele e seu irmão enfrentaram ao longo dos anos devido à cor da pele.

A trama se desenvolve em dois períodos principais: o presente, em que Federico é um advogado de meia-idade envolvido em questões de políticas públicas relacionadas à igualdade racial, e o passado, que retrata sua infância e juventude ao lado de Lourenço. O contraste entre as experiências dos irmãos serve como um meio para explorar as nuances do racismo e do colorismo no Brasil.

Racismo e colorismo: o romance aborda diretamente as complexidades do racismo e do colorismo no Brasil em que a discriminação não é apenas baseada em uma dicotomia entre preto e branco, mas também nas várias tonalidades de pele. Federico, sendo mais claro, experimenta um tratamento diferente em comparação a seu irmão Lourenço, que é mais escuro:

Identidade e pertencimento: **Marrom e Amarelo** explora a questão da identidade racial e como ela é percebida e construída. Federico enfrenta uma crise de identidade ao tentar equilibrar sua autoimagem com a forma como a sociedade o vê e trata. O livro questiona as noções de identidade e pertencimento, especialmente no que diz respeito à raça e à cor da pele:

[...] como até o Caetano Veloso tinha observado outro dia, tinha entrado na lista das palavras politicamente incorretas, disse que relacionar o termo à palavra mula era ridículo, que mulato vinha do termo *muwallad* usado pelos árabes quando eles invadiram a Península Ibérica, e que mesmo que viesse de mula os usos e costumes tinham dado outra dimensão, outra conotação pro termo. Como sou um mulato e me orgulho de ser mulato, encerrou sua exposição (Scott, 2019, p. 44).

Relações familiares: as relações entre os irmãos Federico e Lourenço são um ponto central da narrativa. O livro examina como o racismo e o colorismo afetam as dinâmicas familiares, bem como as expectativas e pressões que os irmãos enfrentam, tanto dentro quanto fora de casa, essas relações marcam a presença da mãe dos dois meninos que se preocupa com a diferença deles e de como isso afeta a família. Vê-se sempre mães negras extremamente preocupadas com seus filhos na escola, na rua, com medo de que sofram agressões racistas:

A conversa que minha mãe teve comigo e com meu irmão Lourenço quando eu tinha sete anos e ele seis pra tentar diminuir a perplexidade desencadeada nele pelos insultos saídos das bocas sujas de três coleguinhas bastardinhos do pré-escolar, coleguinhas que, logo no segundo dia de aula, xingaram ele de saci, picolé de piche, gorila Maguila, porque numa brincadeira de pega-pega no recreio ele não se submeteu aos comandos deles como uma criança brasileira considerada negra [...] deveria se submeter (Scott, 2019, p. 9).

Ativismo e políticas públicas: Frederico, no presente da narrativa, está envolvido em iniciativas de políticas públicas voltadas para a igualdade racial. O romance explora as dificuldades e desafios do ativismo em uma sociedade marcada por desigualdades raciais persistentes.

Paulo Scott utiliza uma prosa direta e reflexiva, intercalando momentos de introspecção com diálogos que revelam as tensões raciais e emocionais entre os

personagens. A narrativa é rica em detalhes culturais e sociais, oferecendo uma visão crítica da sociedade brasileira contemporânea.

Marrom e Amarelo foi bem recebido pela crítica, sendo elogiado por sua abordagem corajosa e sensível das questões raciais no Brasil. A obra é considerada uma contribuição importante para a literatura brasileira contemporânea, especialmente por trazer à tona discussões sobre colorismo e identidade racial de forma direta e envolvente. O livro também foi finalista de importantes prêmios literários, como o Prêmio Jabuti.

Por meio de **Marrom e Amarelo**, Paulo Scott provoca uma reflexão profunda sobre a identidade racial e as desigualdades no Brasil, destacando como essas questões continuam a moldar vidas e experiências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há aqui uma tentativa de desenlace, desenredo para rever a pergunta feita no início deste artigo: será que nessas obras contemporâneas da literatura houve um resultado de conquistas da maternidade de mães negras em função da resistência, da resiliência, das lutas que engendraram séculos anteriores nas mulheres negras em oposição ao estrutural da escravidão?

Toda a explanação, a partir do início, dos objetivos deste artigo consistem em explorar em algumas obras literárias brasileiras contemporâneas os desafios para a maternidade de mães negras dessas formas de resistência e resiliência.

Entendemos que a resistência consistiu em observar as mães presentes nas narrativas apresentadas, quais sejam:

Em **Um defeito de cor**, a mãe é a própria África despojada de seus filhos, de suas filhas infantes e proibidas da maternidade livre, consentida e desejada, não daquela ultrajada pelo poder do senhor do lugar. Aquela mãe que precisa esconder suas cores alegres e coloridas para ceder espaço a um dispositivo sim ou não, branco ou preto. A mãe que deve enxergar em suas filhas um senão, aquela cor que não combina com os senhores da terra em que elas se encontram, trazidas na contra vontade ou na sem vontade alguma.

Em **Salvar o fogo**, a mãe é a própria terra que se transforma em água para poder aplacar o fogo das entranhas da filha de África impedida de trazer ao mundo da terra vermelha um bebê indesejado e que, mesmo assim, viceja para viver sem conhecer que a irmã que o tortura é a mãe que o indesejou. A mãe também usurpada é a terra arada com esforço, uma terra que não pertence a quem nela trabalha.

Em **Quando Me Descobri Negra**, há o espanto de em um de repente perceber a negritude estranha. Estranha, mas que já se divisava no cuidado com que a avó, aquela mãe ainda mais preocupada e que conhecia as maldades, penteava seu cabelo para que

ela não parecesse uma negrinha. Mas ela desconfiava que sua pele era escura, mas quem sabe seria um escuro de bronzeado como o da amiga ao voltar da praia.

E em **Marrom e Amarelo**, o escancaro dissabor que a família vê na figura do pai, e na figura materna em ver seus dois iguais filhos tão diferentes. Um deles seria apontado como estranho, o branco e o preto. Um não poderia ser filho dela. E como Abel e Caim tão lindamente espreitados no romance *Véspera*, de Carla Madeira, eles seriam inimigos mortais? Como conviver entre irmãos sendo um aquele que carrega o racismo estrutural brasileiro; o outro encorpando a branquitude dos mais bem quistos no mundo?

Todas essas narrativas são contemporâneas mesmo quando exploram um passado de escravizados. O que se pode ver? Todas fazem saltar aos olhos uma reflexão entoando que não se pode mais deixar de ver que o Brasil é Lélia Gonzalez (2020) quando afirma que somos amefricanos, uma construção de uma identidade étnica com a incorporação de dinâmicas culturais, especialmente aquelas que vão na contramão do sistema de dominação chamado racismo. E que somos ladinos, aculturados. Nesse sentido, resilientes porque conseguimos chegar àquele ponto de partida de quem somos; resistentes porque sólidos em nossa cultura.

As obras aqui escolhidas esbarraram no toque das novas perspectivas do amor de bell hooks (2021) e, com elas, é possível concluir:

O amor redime. Apesar de todo o desamor que nos cerca, nada tem sido capaz de bloquear nosso desejo pelo amor, a intensidade do nosso anseio. A compreensão de que o amor redime parece ser um aspecto resiliente do saber do coração (hooks, 2021, p. 247).

Como também é plausível inserir uma obra recém-lançada, *Virgínia mordida* (2024), de Jeovanna Vieira, em que as questões aqui apontadas são explícitas:

Meio brincando, mas totalmente a sério, Henri diz, Com todo o respeito, Ketu pode ficar tranquila com a aceitação. É óbvio que a peça vai ser elogiada. Hoje em dia, com essa coisa de grupos identitários qualquer crítica é racismo. Pediu que não levasse para o pessoal, que aquilo era um papo entre iguais (Vieira, 2024, p. 151-152).

O companheiro da personagem central faz esse comentário em relação à estreia do espetáculo de Ketu, mulher e negra. Henri, no romance, é um homem branco, argentino e tóxico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Polem,

2019.

COBO, Barbara; CRUZ, Claudia; DICK, Paulo C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 09. p. 4021-4032, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GIMENES, Roseli; SANTOS, Jorgina. Life narratives. **Conjecturas**, [S. l], v. 22, n. 11, 2022.

GIMENES, Roseli.; SANTOS, Jorgina. Racismo e Psicanálise. Racismo estrutural e o discurso do mestre capitalista. **Revista Leitura Flutuante**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Feminismo Negro no Brasil**. São Paulo: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**. Novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI Editora, 2015.

SCOTT, Paulo. **Marrom e Amarelo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.

VIEIRA, Jeovanna. **Virgínia mordida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SITES E ORGANIZAÇÕES

Geledés - Instituto da Mulher Negra: geledes.org.br

Blogueiras Negras: blogueirasnegras.org

Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO): ipeafro.org.br

Título em inglês:

IYA DUDU: BLACK MOTHER